

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. **Desempenho:** Do montante de prêmios arrecadados em 2011, deduzidos os repasses obrigatórios, caberá à Dayprev a retenção de prêmios no montante de R\$ 57,722%, correspondente à sua participação nos Consórcios do Seguro DPVAT. As províncias técnicas da Dayprev atingiram R\$ 22 milhões, contra R\$ 20 milhões no exercício de 2010, representando um crescimento de 10%. O total dos ativos da Dayprev, representados por aplicações financeiras em fundos de investimentos e letras financeiras do tesouro - LFT, atingiu o montante de R\$ 42 milhões, sendo R\$ 20 milhões referentes aos ativos livres (capital de giro). O lucro da Dayprev, depois dos impostos e contribuições, totalizou em 2011 o valor de R\$ 1,6 milhões, gerados pelas suas operações com o seguro DPVAT e Previdência e também pelos rendimentos de suas aplicações financeiras em fundos do capital social integralizado. São Paulo, 15 de fevereiro de 2012.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	2011		2010	
		23.992	20.515	23.231	19.948
Ativo Circulante					
Disponível		19	27	1.033	205
Caixa e bancos		19	27	-	118
Aplicações	8	22.214	19.675	-	-
Quotas de fundos de investimentos		22.214	19.675	14	1.032
Créditos das operações de seguros	9	5.35	495	81	211
Outros créditos operacionais		5.35	495	81	211
Títulos a receber	10	1.224	318	-	2
Depósitos de terceiros		1.224	318	-	2
Créditos tributários e previdenciários		1.224	318	-	2
Ativo não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Aplicações	8	20.146	18.643	16a.)	22.206
Títulos de renda fixa		20.146	18.643		22.206
Investimentos	11	136	146		14.867
Outros investimentos		136	146		14.867
Imobilizado					
Outras imobilizações	12	51	15		7.279
Intangível					
Despesas de organização, implantação e instalação	13	21	15		60
Total do Ativo		44.346	39.370		21.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	15.000	164	3.131	-	18.282
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	13	13
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.245	1.245
Destinações: Reserva legal	-	67	-	(62)	-
Reserva estatutária	-	-	1.065	(1.065)	-
Dividendos	-	-	-	(118)	(118)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	15.000	226	4.196	-	19.422
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	2	2
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.600	1.600
Destinações: Reserva legal	-	80	-	(80)	-
Reserva estatutária	-	-	1.520	(1.520)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	15.000	306	5.716	2	21.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional - A Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Dayprev" ou "Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem por objeto atuar como Sociedade Seguradora para operações de seguros de pessoas e Entidade Aberta de Previdência Complementar para operar planos de poução e rendas, mediante contribuição de seus participantes.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras - 2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei nº 6404/76 das Sociedades por Ações, e alterações introduzidas pela Lei nº 11638/07 e Lei nº 11941/09 em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referenciado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 424, de 29 de abril de 2011, que instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, a partir de 1º de janeiro de 2011. As principais alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 424/2011, que afetaram a Seguradora, referem-se a instituição de um novo plano de contas e modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras a partir de 1º de janeiro de 2011. As mudanças comparativas de 2010 foram realizadas de acordo com 2011, quando o objetivo, para adaptar a apresentação das demonstrações financeiras segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 424/2011, bem como contemplar os requerimentos estabelecidos pelas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os ajustes quando aplicáveis, não resultaram em impactos relevantes nas demonstrações de resultado e de mutações do patrimônio líquido da Seguradora. **2.2. Base de elaboração** - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por redução do valor recuperável de ativos classificados como disponíveis para venda. De acordo com o CPC 38, a entidade deve reconhecer perda dos ativos classificados como disponíveis para venda caso haja evidência significativa ou prolongada de perda abaixo do valor de custo. A perda acumulada, neste caso, deve ser transferida do patrimônio líquido para a demonstração do resultado. Os ativos classificados como disponível para venda da Seguradora não sofreram perdas significativas ou prolongadas e nenhum ajuste foi efetuado. (ii) Valor justo de investimentos de ativos disponíveis para venda em mercado intativo - O CPC 38 requer que a entidade calcule o valor justo de investimentos classificados como disponíveis para venda que estão em um mercado ativo. Este item não é aplicável para a Seguradora, uma vez que os investimentos classificados como disponíveis para venda estão representados por Letras Financeiras do Tesouro - LFT. (iii) Reconhecimento de receita - O CPC 11 regulamenta o tratamento para reconhecimento de receita dos contratos de seguros. A receita associada com uma transação envolvendo a provisão de serviços e reconhecida de forma gradativa, conforme a fase de conclusão, se o desfecho da transação puder ser estimado com confiabilidade. A segregação de receita de outros serviços e o efeito de reconhecer a receita conforme a fase de conclusão não é material para a Seguradora, portanto, nenhum ajuste foi efetuado. (iv) Teste de adequação do passivo - Conforme requerido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 410/2010 a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das provisões técnicas de avaliação de riscos. As variações no teste de adequação relacionados aos contratos de seguros, O TAP considera premissas atuais e a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros. Caso seja identificado qualquer deficiência no teste, a Seguradora registra a perda imediatamente como despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo os custos de aquisição (despesas de comercialização diferidas), ou outros ativos intangíveis, e posteriormente constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data do teste. Para esse teste, foi adotada a metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, trazidas a valor presente, com base na taxa livre de risco - coupon IGPm, conforme determinações constantes na Circular SUSEP nº 410/2010, que também incluem as despesas incrementais e adicionais de liquidação de sinistros utilizando-se premissas atuais para o teste. O teste de adequação dos passivos, realizado em 31 de dezembro de 2011, para as coberturas de risco (pecúlio) no regime de capitalização, não indicou a necessidade de ajustes nas provisões técnicas. Conforme o parágrafo 3º do artigo 1º da Circular SUSEP nº 410/2010, o teste de adequação de passivos não se aplica aos contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT. (v) Taxa de juros efetiva - O CPC 38 requer que empréstimos e contas a receber e investimentos mantidos até o vencimento sejam mensurados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. A Seguradora não apresenta custos incrementais diretamente vinculados ao seu contas a receber e à contratação de empréstimos.

4. Principais Práticas Contábeis - A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, requer a aplicação de políticas contábeis que podem envolver níveis de julgamento significativos. Os valores determinados por estimativas ou a partir de premissas podem diferir dos valores reais a serem apurados e reportados futuramente. As seguintes políticas contábeis foram utilizadas na preparação das demonstrações financeiras: **a) Moeda Funcional** - Nas demonstrações financeiras os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Seguradora atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora. **b) Apuração de resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência. Os prêmios de seguros são diferidos para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das aplicações, pelo período de cobertura do risco, mediante a reversão da retenção de prêmios não ganhos. **c) Caixa e equivalentes de caixa** - São apresentados por disponibilidade em moeda nacional e instrumentos financeiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa. Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, eram compostos por saldos de Caixa e Bancos. **d)** As receitas e despesas decorrentes das operações do Seguro DPVAT são registradas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **e)** As provisões de despesas administrativas classificadas como outras provisões são constituídas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., administradora do consórcio. **f) Ativos financeiros** - A Seguradora pode classificar seus ativos financeiros em quatro categorias específicas: (i) Ativos financeiros não disponíveis para venda, (ii) Ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) Ativos financeiros "disponíveis para venda" e, (iv) Empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido pelo meio de norma ou prática de mercado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: **f)** For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo, ou **g)** For reconhecido inicialmente, parte integrante de uma carteira de investimentos financeiros identificados, que a Seguradora administra em conjunto, e possui um período real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou **h)** For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Resultado financeiro", na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento - Os investimentos mantidos até o vencimento, correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Seguradora tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando-se método de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, mediante a reversão da retenção de prêmios não ganhos. **Ativos financeiros disponíveis para venda** - Os ativos financeiros para venda correspondem a ativos financeiros, não derivativos, designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. **Resultado financeiro** - Os resultados dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados por seu custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos dos custos de aquisição de outros ativos financeiros. **Ativos financeiros ao valor recuperável de ativos não financeiros** - Ativos financeiros - Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável, na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")** - A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substancialmente, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Títulos e créditos a receber - créditos tributários e previdenciários", são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 não existiam indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. **h)** A participação no capital da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. está sendo avaliada pelo método de custo e registrado na rubrica "Outros investimentos". **i)** O ativo imobilizado é contabilizado com base nos demonstrativos recebidos da Seguradora Líder em contrapartida com contas a pagar. **j) Passivos financeiros** - Os passivos

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota Explicativa	2011		2010	
		23.231	19.948	23.231	19.948
Prêmios Emitidos Líquidos					
Prêmios convênios DPVAT		25.340	23.866	25.340	23.866
Contribuições para cobertura de riscos		128	17	128	136
Variação das provisões técnicas de prêmios		(28)	136	(28)	136
Prêmios ganhos		25.342	24.019		
Sinistros Ocorridos					
Sinistros de consórcios e fundos		(22.026)	(20.886)	(17.302)	(16.663)
Despesas com sinistros de consórcios e fundos		(3.053)	(2.193)	(3.053)	(2.193)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		(1.671)	(2.030)	(1.671)	(2.030)
Custos de Aquisição					
Comissões		(369)	(344)	(369)	(344)
Outras Receitas e Despesas Operacionais					
Outras receitas operacionais	20.a)	1.632	1.581	1.632	1.581
Outras despesas operacionais	20.a)	(1.475)	(1.476)	(1.475)	(1.476)
Despesas Administrativas					
Despesas com Tributos	20.c)	(848)	(738)	(848)	(738)
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	20.d)	4.687	3.608	4.687	3.608
Despesas financeiras	20.d)	(2.436)	(1.827)	(2.436)	(1.827)
Resultado antes dos impostos					
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Imposto de renda		(630)	(485)	(630)	(485)
Contribuição social		(392)	(305)	(392)	(305)
Lucro Líquido do Exercício					
Quantidade de ações	19.a)	15.000.000	15.000.000	1.600	1.245
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$				0,11	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2011	2010
Lucro Líquido do Exercício	1.600	1.245
Outros resultados abrangentes-		
Ativos financeiros disponíveis para venda - Ajustes de avaliação patrimonial	2	13
Resultado Abrangente Total do Exercício	1.602	1.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

Atividades Operacionais	2011		2010	
	1.443	1.338	(350)	(475)
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	1.443	1.338	-	-
Pagamentos de despesas e obrigações	(350)	(475)	4	-
Recebimento de juros e dividendos	4	-	12	-
Constituição de depósitos judiciais	(12)	-	12	-
Resgates de depósitos judiciais	12	-	-	-
Caixa Líquido Gerado pelas Operações	1.097	863		
Impostos e contribuições pagos	(1.655)	(1.326)	655	47
Investimentos financeiros	(655)	47	756	(17.765)
Aplicações	(756)	(17.765)	1.451	18.238
Vendas e resgates	1.451	18.238	-	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	97	10		
Atividades de Investimento				
Recebimentos pela venda de ativo permanente	13	-	13	-
Investimentos	(13)	-	-	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimentos	13	-		
Atividades de Financiamento				
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	(118)	-	(118)	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	(118)	-		
Aumento / (Redução) Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(8)	(10)		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27	17	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19	27	-	-
Aumento / (Redução) nas Disponibilidades	(8)	(10)		
Aumento nas Aplicações Financeiras - Recursos Livres	1.490	1.254		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

14. Contas a Pagar - Impostos e Contribuições

	2011	2010
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	630	52
Provisão para contribuição social sobre o lucro	392	32
Provisão para PIS e Cofins	1.022	87
Total	2.044	171

15. Imposto de Renda e Contribuição Social - Demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social:

	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.622	2.035
Imposto de renda e contribuição social, respectivamente as alíquotas de 25% e 15%	(1.022)	(790)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.022)	(790)

16. Provisões Técnicas - Seguros - Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, as provisões dos ramos de atuação da Sociedade estão representadas da seguinte forma:

	2011		2010	
	14.867	7.279	60	22.206
Seguro DPVAT				
Sinistros a liquidar	14.867	7.279	60	22.206
Total	14.867	7.279	60	22.206

	2010		2010	
	18.313	1.171	45	19.529
Seguro DPVAT				
Sinistros a liquidar	18.313	1.171	45	19.529
Total	18.313	1.171	45	19.529

(1) Os valores registrados na rubrica outras provisões em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 tratam-se de despesas administrativas. Esses valores são contabilizados conforme os demonstrativos recebidos da Seguradora Líder.

	Provisões	
	2011	2010
Provisão de eventos ocorridos não expirados - pecúlio	1	1
Total	1	1

	Saldo em 31.12.2011		Reversões/pagamentos	Saldo em 31.12.2011
	19.530	13.249		
Seguro DPVAT				
Provisão de eventos ocorridos e não expirados - pecúlio	1	13.249	(10.573)	22.206
Total	1	13.249	(10.573)	22.207

17. Provisão de Sinistros a Liquidar - Judicial - Prazo Médio Pendente de Pagamento - A Seguradora em 31 de dezembro de 2011 e parte envolvida em processos judiciais, de natureza cível, decorrente da participação no seguro DPVAT. As provisões são registradas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, conforme segue:

PARECER ATUARIAL

Em cumprimento às disposições estabelecidas pela Resolução CNSP nº 135, de 11 de outubro de 2005 e Circular SUSEP nº 272, de 22 de outubro de 2004, foi procedida a Avaliação Atuarial dos planos de previdência privada operados pela DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., no período base de 01/01/2011 a 31/12/2011.

A Avaliação Atuarial teve como base as obrigações da Entidade originadas pelos contratos de seguros vigentes no período de análise, comparando as provisões técnicas estimadas com aquelas constituídas e consignadas no Balanço Patrimonial em 31/12/2011. Concluiu-se, com base nos dados e informações contábeis e cadastrais fornecidas pela

Entidade, que as provisões técnicas estão adequadamente constituídas não havendo necessidade de constituição da provisão de insuficiência de contribuições. Na avaliação não se constatou situações que comprometam ou venham a comprometer a solvência atuarial da Entidade.

São Paulo, 26 de janeiro de 2012.

Sergio Jose Leonardi - Atuário Técnico Responsável - MIBA 411
Marcus Falcão - Atuário - MIBA 893

DIRETORIA**Morris Dayan** - Diretor**Carlos Moche Dayan** - Diretor**Salim Dayan** - Diretor**Jose Roberto Mayer** - Contador TCCRC 1SP097138/O-1**Sergio Jose Leonardi** - Atuário - MIBA 411**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores da

Dayprev Vida e Previdência S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e

pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas

demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos seus controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da

Dayprev Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 120424/O-8

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Contador

Deloitte.